

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 56, DE 2023

Altera o artigo 115 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, para permitir a imposição de prestação de serviços à comunidade, caso o termo de advertência não seja assinado e não haja justificativa para o descumprimento da medida socioeducativa.

O Congresso Nacional decreta:

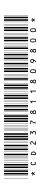
Art. 1º Esta Lei altera o art. 115 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a conversão da advertência em prestação de serviços à comunidade, caso o adolescente descumpra a medida socioeducativa, sem motivo justificado.

Art. 2º O art. 115 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte redação:

""Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada pelo adolescente, conjuntamente com o seu responsável legal. (NR)

§ 1º A não assinatura do termo, assim como a falta de justificativa, acarretará a transformação da medida de advertência em prestação de serviços à comunidade. (NR)





Apresentação: 06/09/2023 15:22:21.827 - CPASF SBT-A 1 CPASF => PL 56/2023 SBT-A n 1

§ 2º Para efeitos do disposto neste artigo, a assinatura ou a justificativa do responsável legal não substituirá a assinatura ou a justificativa do adolescente, alvo do cumprimento da medida. (NR)"

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 30 de agosto de 2023

Deputado FERNANDO RODOLFO

Presidente



